

Ao

Ministério da Justiça e da Segurança Pública

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Anexo II, 6º Andar, Sala 621

NESTA

Ref: Diligência 01 - Pregão Eletrônico nº 29/2020

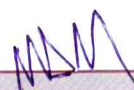
At: Coordenação Geral de Licitações e Contratos da Subsecretaria de Administração

Prezados senhores,

Visando esclarecer os questionamentos realizados a nossa empresa referente ao pregão mencionado em epígrafe, vimos por meio desta esclarecer o seguinte:

1. Com relação à solicitação descrita na Diligência nº 1/2021/DILIC/COPLI/CGL/SAA/SE-MJ, vimos esclarecer:

RESPOSTA: A Engemil Engenharia é uma empresa do ramo da Construção Civil com quase duas décadas de experiência e grande expertise na Engenharia de execução de serviços contínuos de operação, de manutenção predial preventiva, corretiva e preditiva com diversos contratos com os mais importantes órgãos da Administração Pública e privada em grande parte do Território Nacional. Desta forma, temos grande parceria com inúmeros fornecedores, distribuidores e fabricantes, o que nos possibilita negociar e adquirir em grande quantidade os materiais necessários, muitas vezes diretamente com a indústria produtora, realizando uma Economia de Escala, reduzindo significativamente o custos dos insumos/serviços pela diluição dos custos fixos em um número maior de unidades, o que nos possibilita oferecer serviços com o menor custo de mercado, atendendo os interesses de economicidade da Administração Pública.



Nossa proposta foi elaborada com base no edital, incluindo todos os custos necessários para a composição da mão de obra, e por termos uma grande quantidade de contratos firmados, foi possível reduzir nossos custos com administração, bem como o nosso lucro, utilizando para isso a economia de escala, que é uma realidade universal.

A **ENGEMIL ENGENHARIA** possui diversos contratos com a Administração Pública, tanto no âmbito da manutenção predial, como de grandes obras, conforme pode ser observado na Declaração de Contratos Firmados apresentada, o que nos faz ter um grande poder de compra, e nos permite a aquisição dos materiais abaixo dos preços estimados para a licitação em questão, tendo em vista que devido ao alto volume de compras, conseguimos até mesmo adquirir os materiais diretamente de nossos fabricantes.

A Engemil é uma das empresas da Construção Civil que mais executa obras no Centro-Oeste, além de termos uma grande atuação no ramo de Manutenção Predial, com os mais importantes órgãos da Administração Pública, tais como os relacionados a seguir e que disponibilizamos os telefones dos gestores responsáveis pelo contrato para que V. Sas. possam conferir que possuímos boas referências:

NOME	ÓRGÃO	CONTATO:
Vitor	Superior Tribunal de Justiça	(61) 9 9964 8787
Dr. Cleber	Polícia Civil do Distrito Federal	(61) 9 8362 1866
Engenheiro Gerson	Ministério do Meio Ambiente	(61) 9 8429 4749
Aureo	ANATEL	(61) 9 8198 6144
Ricardo Temoteo	Dataprev PB	(83) 9 8770 6292
Luciano	Fiocruz	(61) 9 9861 6741



Jasson	Banco Central do Brasil	(61) 9 9814 4267
Mônica	Imprensa Nacional	(61) 9 9237 9114
Rodolfo	AGU	(81) 9 9871 1965
Igor	ANA	(61) 9 9811 8171
Israel	Ministério da Saúde	(61) 9 8168 5930
Priscila	Ministério da Cidadania	(61) 9 8194 0079
Hélio	IBAMA	(61) 9 8375 6687
Alvanir	Ministério de Minas e Energia	(61) 9 9970 4618
Cláudio	Ministério da Cidadania	(61) 9 9302 8918

Em nosso currículo está a execução de diversas obras importantes, como:

- Construção da Fonte Luminosa de Brasília;
- Construção da Vila Olímpica do CBMDF;
- Construção da Vila Olímpica Rei Pelé;
- Construção de 05 Terminais de Ônibus;
- Construção de Restaurante Comunitário;
- Construção de 02 Passarelas;
- Construção de Edifício Residencial;
- Construção de Creches;
- Construção de Escolas Pública;
- Construção de Estacionamento do Ceasa;
- Construção do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás;
- Construção da Escola do Ministério Público;
- Reforma do Museu de Artes de Brasília;
- Reforma do Tribunal de Contas da União na Bahia, Ceará e Minas Gerais;
- Reforma dos Edifícios da Dataprev no DF e na Paraíba;



- Execução de Projeto Sustentável no Senado Federal.
- Dentre outros,

Vale pontuar que é perfeitamente possível que uma empresa apresente redução de custo não prevista pela Administração. O fato de uma empresa apresentar preços muito melhores que de um determinado concorrente, que à primeira vista pareçam ser inexequíveis, não significa que a empresa licitante não possua reais condições de executar o contrato.

O atual entendimento do doutrinador Marçal Justem Filho corrobora o entendimento ora esposado, observe:

“Discorda-se do entendimento de que todas as hipóteses de inexequibilidade comportam tratamento jurídico idêntico. Ao contrário, deve impor-se uma diferenciação fundamental, destinada a averiguar se a proposta pode ou não ser executada pela licitante, ainda que seu valor seja deficitário. A questão fundamental não reside no valor da proposta, por mais ínfimo que o seja – o problema é a impossibilidade de o licitante executar aquilo que ofertou. A formulação desse juízo envolve uma avaliação da capacidade patrimonial do licitante. Se ele dispuser de recursos suficientes e resolver incorrer em prejuízo, essa será uma decisão empresarial privada.(...)” (grifo nosso)

Contudo, ainda que tivesse ocorrido a fixação de preço inexequível para os itens, **fato este que no entender da ENGEMIL ENGENHARIA não ocorreu**, há que se ponderar que o deslinde da questão não passa apenas pela avaliação da



inexequibilidade de alguns itens de planilha, mas da proposta como um todo.

Fato é que a jurisprudência é uníssona no sentido de que a inexequibilidade dos valores de itens da planilha de custos não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta. Isso porque o “prejuízo” deste item poderá, a critério da empresa, ser diluído no seu lucro, sem prejudicar o andamento dos serviços.

O licitante não pode ser desclassificado por ofertar o melhor preço à Administração Pública e não cabendo a esta declarar a inexequibilidade da proposta da licitante, quando o vencedor afirma que executará o contrato com os valores ofertados, pois cabe tão somente ao próprio interessado a decisão acerca do preço mínimo que ele pode suportar. Quanto a esse aspecto, passamos à análise de mais decisões exaradas pelo Tribunal de Contas da União – TCU:

“(…) 9.3.3 estabeleça, nos instrumentos convocatórios de licitações, critérios objetivos para a desclassificação de licitantes em razão de preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, atendendo ao princípio do julgamento objetivo, nos termos do art. 3º da Lei 8.666/93, sem prejuízo de que, antes de qualquer providência para desclassificação por inexequibilidade, seja esclarecido junto ao licitante acerca de sua capacidade de cumprimento do objeto no preço ofertado; (Acórdão TCU nº 1.159/2007 – 2ª. Câmara) (grifamos)

“(…) 18. Destaco que o entendimento acima coaduna-se com a jurisprudência consolidada desta Corte de Contas no sentido de que não cabe à Comissão de Licitação ou ao Pregoeiro declarar a

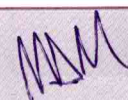
inexequibilidade da proposta da licitante, devendo facultar aos participantes do certame a possibilidade de comprovarem a exequibilidade de suas ofertas (ex vi dos Acórdãos nº 2.093/2009-Plenário, 559/2009-1ª Câmara, 1.079/2009-2ª Câmara, 141/2008-Plenário, 1.616/2008-Plenário, 1679/2008-Plenário, 2.705/2008-Plenário e 1.100/2008-Plenário, dentre outros).
(...)

Cabe destacar, por fim, que o posicionamento ora adotado encontra respaldo na Instrução Normativa nº 2/2009, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que, em seu artigo 29, § 2º, estabelece que "a **inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos, desde que não contrariem instrumentos legais, não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta**". (Acórdão TCU nº 1.092/2010 – 2ª. Câmara)" (grifamos)

A jurisprudência é pacífica no sentido de que a desclassificação por inexequibilidade apenas pode ser admitida como exceção. A questão fundamental não reside no valor da proposta, por mais ínfimo que seja, reside na impossibilidade de o licitante executar aquilo que ofertou.

Neste ponto, cumpre ressaltar que a ENGEMIL ENGENHARIA afirma categoricamente que executará fielmente o objeto licitado, pois possui plenas condições de executar o serviço com os valores orçados e propostos.

Não se pode olvidar que o princípio da economicidade tem um peso enorme em qualquer processo decisório, de modo que o administrador público tem neste princípio um limitador da sua discricionariedade, já que ele está obrigado a



adotar dentre as soluções tecnicamente eficientes, a mais vantajosa economicamente.

Por fim, importante destacar que ao analisar hipótese semelhante, o TCU indicou ser dever da Administração a promoção de diligências para o saneamento de eventuais falhas na proposta, desde que não seja alterado o valor global proposto:

“A existência de erros materiais ou omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não enseja a desclassificação antecipada das respectivas propostas, devendo a Administração contratantes realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que não seja alterado o valor global proposto.” (Acórdão 2.546/2015 – Plenário)

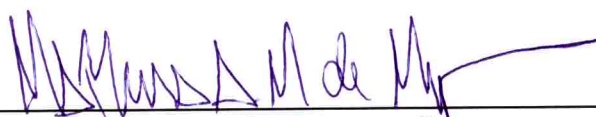
2. Foi realizado os ajustes nas planilhas, conforme apontamento.
3. Segue em anexo o RAT/FAT 2021, conforme solicitado.

Desta forma, acreditamos ter sanado às dúvidas levantadas e nos colocamos à disposição para novos esclarecimentos e/ou correções que vocês julguem necessários, conforme o item 8.14 do Edital:

Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

Brasília, 12 de janeiro de 2021





MATHEUS ANTÔNIO MILITÃO DE MENEZES

CREA 13.814/D-DF CPF: 000.400.681-02

Engenheiro Civil - Sócio Diretor

Matheus Antônio Militão de Menezes
CREA 13.814/D-DF - Engenheiro Civil
Sócio Administrador
Engemil Engenharia
CNPJ: 04.768.702/0001-70